



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024
(Do Sr. Dr. Zacharias Calil)

Requer que sejam solicitadas informações ao Ministério da Saúde, sobre o novo esquema vacinal para a poliomelite.

Senhor Presidente, Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações adicionais a Senhora Ministra da Saúde, sobre o novo esquema vacinal para a poliomelite, com a substituição da vacina oral (VOP) pela vacina inativada (VIP). Em particular, buscamos informações mais detalhadas acerca dos custos, logística, e alcance dessa nova estratégia, que podem impactar significativamente os municípios e o sistema de saúde como um todo.

Assim, solicitamos respostas para os seguintes questionamentos:

1. Qual é o custo anual estimado para a substituição das vacinas orais pelas vacinas inativadas em âmbito nacional? Há um impacto financeiro significativo em comparação ao método anterior?
2. Qual é o número total de crianças brasileiras que devem ser alcançadas com o novo esquema vacinal? Qual é a estimativa de cobertura planejada e os desafios identificados para atingir essa meta?
3. Poderia detalhar como foi conduzido o processo de negociação para a compra das vacinas inativadas? Houve alguma parceria com organismos internacionais ou acordos que impactem os custos ou o fornecimento?
4. Qual será o custo adicional estimado para os municípios com a introdução da VIP? Existem previsões de repasses ou apoio financeiro do governo federal para que os municípios possam absorver esses custos?





5. A implementação desse novo esquema vacinal requer adaptações de armazenamento? Se sim, há um esquema próprio para garantir que os estados e municípios estejam preparados em termos de infraestrutura?

6. Os estados e municípios já receberam orientações e estão devidamente preparados para a aplicação do novo esquema vacinal? Se necessário, quais treinamentos e recursos serão disponibilizados pelo Ministério da Saúde?

7. Ainda há estoque remanescente das vacinas orais (gotinhas) nos centros de saúde? Qual a quantidade e o que será feito com essas doses remanescentes?

8. Qual é o motivo da alteração do esquema vacinal? Quais estudos e/ou dados embasaram essa mudança? Quais países já não estão mais usando a VOP?

9. Os profissionais das salas de vacina dos municípios/estados receberam treinamento adequado sobre essa alteração do calendário?

10. Em 2023, a cobertura da VIP foi de 86,5% e a de VOP 78,2%, segundo as informações contidas na Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS). Quais os resultados de cobertura vacinal para a VOP e a VIP? Desde quando cada uma das vacinas (VOP e VIP) foram introduzidas no calendário oficial do PNI? Existe o risco de diminuir a cobertura vacinal?

11. Quais são as propostas de melhoria da rede de frio/geladeiras para os estados e municípios que comportem a alteração da VOP para a VIP? A VIP gasta mais espaço de armazenamento?

JUSTIFICAÇÃO

A substituição da vacina oral contra a poliomielite (VOP) pela vacina inativada (VIP) representa uma mudança significativa na estratégia de imunização infantil e traz implicações de natureza logística, financeira e operacional para estados e municípios. Diante do histórico de sucesso do Brasil na erradicação da poliomielite e da importância de assegurar a continuidade de uma ampla cobertura vacinal, torna-se





imprescindível esclarecer alguns pontos sobre essa nova política vacinal.

Primeiramente, é essencial compreender o custo anual da substituição, especialmente em um contexto onde os recursos da saúde pública são finitos e precisam ser alocados com transparência e eficácia. Detalhar os custos estimados dessa transição ajudará a prever os impactos orçamentários, tanto para o governo federal quanto para os governos locais, e assegurará que a mudança seja financeiramente viável.

Além disso, o alcance da vacinação infantil é uma questão de saúde pública crítica. Saber o número de crianças brasileiras que deverão ser alcançadas pelo novo esquema é fundamental para mensurar os desafios logísticos e a capacidade do sistema de saúde em atingir a cobertura desejada.

O processo de aquisição e distribuição das vacinas inativadas demanda uma infraestrutura específica e adaptações nos serviços de saúde locais. Assim, questiona-se como se deu a negociação para aquisição dessas vacinas, se foram firmados acordos específicos e se há previsões para reduzir custos ou facilitar o fornecimento a longo prazo.

Para os municípios, que operam com recursos próprios e por vezes limitados, a introdução da VIP pode gerar custos adicionais de aquisição e aplicação, sendo necessária a previsão de repasses ou apoio financeiro por parte do governo federal. Este suporte é essencial para que todos os municípios possam aplicar a nova vacina de maneira ampla e eficaz, independentemente de suas condições financeiras.

A logística de armazenamento das vacinas inativadas também demanda esclarecimentos. Diferentemente da vacina oral, a VIP requer condições específicas de conservação, o que exige adaptações na infraestrutura dos postos de saúde. É necessário saber se estados e municípios possuem infraestrutura adequada e como o





Ministério da Saúde está apoiando esses entes para garantir a correta armazenagem e preservação das doses.

A preparação dos estados e municípios para a adoção do novo esquema vacinal também se mostra vital para o sucesso da mudança. Informações sobre treinamentos e orientações emitidas pelo Ministério da Saúde são necessárias para assegurar que todos os profissionais de saúde estejam aptos a conduzir a nova campanha vacinal de maneira uniforme e segura.

Por fim, há o questionamento sobre o estoque remanescente da vacina oral (VOP), popularmente conhecida como “gotinha”, que representa um valor histórico e emocional na campanha contra a poliomielite no Brasil. A destinação das doses remanescentes deve ser feita com cautela e transparência, de forma a garantir o uso responsável dos recursos já adquiridos.

Dada a relevância dessas questões para a continuidade de uma política de saúde pública que já obteve sucesso na erradicação da poliomielite no Brasil, é de grande interesse deste Parlamento compreender melhor os detalhes da implementação desse novo esquema vacinal, visando garantir o direito à saúde da população e o uso eficiente dos recursos públicos.

Essas informações são fundamentais para esclarecer os impactos da nova política vacinal no sistema de saúde e para garantir que o processo de substituição ocorra de forma eficiente e transparente em todos os níveis de governo.

Diante da relevância do tema para a saúde de muitos pacientes, peço o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento de informação.

Sala de Sessões, em 11 de novembro de 2024.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dr. ZACHARIAS CALIL
Deputado Federal - União - GO

Apresentação: 11/11/2024 12:19:34.733 - Mesa

RIC n.4121/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244590949900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil

